

Um adepto à
antecipação

Pelo menos um ministro de Estado concorda com a tese de que a antecipação da Assembléia Nacional Constituinte para o início do próximo ano é uma idéia favorável ao governo Sarney, de maneira específica, e à transição política em caráter genérico. A lenta adesão de figuras de notória capacidade de articulação política a essa idéia decorre do fato de que há uma longa crise projetada para os próximos anos no Brasil.

A crise é de leitura fácil e não há necessidade de computadores para localizá-la. O país vive uma situação estranha, em que os partidos políticos vivem momentos peculiares. O racha do PMDB de Pernambuco explicita a dificuldade que o partido vem tendo para manter a convivência pacífica entre radicais e moderados sob a mesma legenda. E o recente episódio de São Paulo, quando o partido ameaçou expulsar vereadores que se encaminhavam na direção de Jânio Quadros evidencia a dificuldade da convivência harmônica daqueles dois grupos.

Essa dificuldade do PMDB articular sua própria vida interna reflete-se na capacidade da legenda, em oferecer respaldo efetivo ao Governo Federal. O presidente José Sarney, é bom lembrar, tornou-se o primeiro mandatário da República por obra e graça de uma manobra política tornada viável pela Aliança Democrática. Os antigos dissidentes do PDS vieram para uma outra posição, criaram a Frente Liberal e se uniram a Tancredo Neves. Mas isso é uma história do passado, porque a Aliança vai se desmanchando como consequência da eleição municipal e o governo federal tende a ter o seu centro repousado no PMDB. O presidente Sarney assinou, tempos atrás, sua ficha de inscrição neste partido.

Mas o maior partido brasileiro vive, agora, o seu tempo de crise — uma crise originada em boa parte pela própria ascensão ao poder. Depois de vinte anos de oposição, não é fácil trocar de sinal e começar a elogiar o governo. Por causa disto, e também em função de o partido ter-se tornado uma espécie de albergue de intenções diferenciadas e de órfãos da política é muito difícil, hoje, encontrar o seu próprio caminho.

ANC 88
Pasta 10/85-1
110/1985

Não é necessário, portanto, fazer muitas contas para perceber que a Constituinte acrescenta um enorme complicador a uma situação que já é, em si, muito complexa. Sem partidos estáveis, diante de uma eleição municipal que dilacera o Governo Federal, lutando para impor a solução negociada no cenário econômico externo, a administração Sarney ainda precisa manter a palavra empenhada na campanha, vale dizer reunir a Constituinte. O cenário é o cenário de uma crise, desenhada pela fraqueza das instituições, pela maré montante de reivindicações trabalhistas e pela possibilidade de aumento das pressões dos credores externos.

A tudo isso une-se esse longo cronograma da transição. Segundo o disposto pelo Planalto, a Constituinte vai se eleger junto com o próximo Congresso Nacional em novembro de 1986. Tomará posse em 1987 com prazo de um ano para encerrar os seus trabalhos. Surge aí a primeira dúvida: os senadores eleitos em 1982 terão lugar garantido na Constituinte? Para além das questões de legitimidade, emerge o problema da extrema lentidão deste processo político: o presidente deverá administrar uma transição difícil ao longo de todo o seu governo. Em 1988, quando afinal, o Brasil deverá conhecer o texto constitucional, será o tempo da eleição direta para presidente da República.

A idéia que começa a ganhar força e adeptos é diferente: fazer a eleição para a Constituinte, logo após a eleição de prefeitos e dar posse aos eleitos em janeiro de 1986. Os constituintes teriam um prazo razoável, seis ou sete meses, para concluir o trabalho e a eleição de novembro de 1986 concluiria a transição. Em 1987, o Brasil emergiria para uma situação política nova — com um Congresso renovado e sintonizado com a Nova República, uma Constituição recém votada e finalmente um governo dono de suas ações. O transitório cederia lugar ao definitivo.

Essa idéia contempla ainda outros aspectos: a eleição para a Constituinte seria majoritária — cada estado teria um número determinado de representantes — e os candidatos deveriam receber a indicação prévia de seus respectivos partidos. Por último: não haveria qualquer tipo de inelegibilidade ou incompatibilidade para disputar a eleição à Constituinte. Os atuais senadores e deputados poderiam disputar a eleição sem prejuízo de suas atuais funções. Há gente entusiasmada com a idéia, que começa a ganhar adeptos. O único risco político, em toda essa operação, é a discussão sobre a extensão do mandato do atual presidente da República. Política, no entanto, é a arte da negociação — e não é razoável pensar em prorrogar a transição apenas por uma questão transitória, aplicada a um caso específico. Essa é a tese que começa a empolgar áreas sensíveis do governo federal.